

Caracterização e fatores associados ao uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil

Characterization and factors associated with indiscriminated use of medicines exempt from prescription in Brazil

Viviane da Silva Lima

Faculdade de Integração do Sertão, E-mail: limmavivianne@gmail.com

Maria do Socorro Gomes de Lima

Faculdade de Integração do Sertão, E-mail: marialimabpm@gmail.com

Gabriela Cavalcante da Silva

Faculdade de Integração do Sertão, E-mail: gcavalcante@gmail.com

Resumo: A utilização de Medicamentos Isentos de Prescrição é uma prática que gera preocupação. Relatos evidenciam que o uso indiscriminado de alguns analgésicos, anti-inflamatórios e antipiréticos, podem contribuir para um aumento no número de internações. Porém as ocorrências de interações medicamentosas aumentam a partir do uso irracional e concomitante pelos pacientes. A pesquisa trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada através de levantamento com base em artigos científicos publicados dentro de um arco de 20 anos, indexados nas seguintes bases de dados *Scientific Eletronic Library Online, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, National Library of Medicine National Institutes of Health*, utilizando os seguintes descritores: automedicação, interação medicamentosa, uso indiscriminado, medicamentos isentos de prescrição. Observou-se nos estudos revisados, maior frequência de automedicação entre os jovens e mulheres, os idosos apresentaram maior prevalência em interações medicamentosa, devido ao uso concomitante. Por sua vez, das classes farmacológicas mais utilizadas na automedicação, os analgésicos foram a principal escolha, seguidos dos anti-inflamatórios e antitérmicos. Conclui que a automedicação é prática corrente no Brasil e envolve, principalmente, o uso de medicamentos isentos de prescrição, o fácil acesso favorece o seu uso irracional, fatores econômicos, políticos e culturais têm contribuído para o crescimento e a difusão desta prática no Brasil, tornando-a um problema de saúde pública.

Palavras-chave: automedicação, interação medicamentosa, uso indiscriminado, medicamentos isentos de prescrição.

Abstract: The use of Non-Prescription Drugs is a practice that generates concern. Reports show that the indiscriminate use of some analgesics, anti-inflammatories and antipyretics, may contribute to an increase in the number of hospitalizations. However, the occurrence of drug interactions increases due to the irrational and concomitant use by patients. The research is a systematic review of the literature, carried out through a survey based on scientific articles published within an arc of 20 years, indexed in the following databases: *Scientific Eletronic Library Online, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online, National Library of Medicine National Institutes of Health*, using the following descriptors: self-medication, drug interaction, indiscriminate use, non-prescription drugs. It was observed in the reviewed studies, a higher frequency of self-medication among young people and women, the elderly showed a higher prevalence in drug interactions, due to concomitant use. In turn, of the pharmacological classes most used in self-medication, analgesics were the main choice, followed by anti-inflammatory and antipyretic. It concludes that self-medication is a current practice in Brazil and mainly involves the use of non-prescription drugs, easy access favors its irrational use, economic, political and cultural factors have contributed to the growth and spread of this practice in Brazil, making it a public health problem.

Key words: self-medication, drug interaction, indiscriminate use, non-prescription drugs.

Recebido em: 18/05/2020

Aprovado em: 04/07/2020



INTRODUÇÃO

Os medicamentos são de grande importância no sistema de saúde e, quando utilizados corretamente, torna-se um dos maiores recursos terapêuticos no restabelecimento da homeostase, sendo os principais responsáveis pela melhora da qualidade de vida da população. Entretanto, seu uso indiscriminado pode acarretar riscos à saúde. A prática da automedicação tem preocupado, principalmente pelo fato do fácil acesso a esses produtos terapêuticos (MATOS et al., 2018; OLIVEIRA; BARBOSA, 2019).

A crescente utilização de medicamentos pela população brasileira, é influenciada por diversos fatores. Dentre estes, o estilo de vida e fácil acesso aos fármacos, aumento da prevalência dos transtornos de humor, aumento da expectativa de vida e o consequente aumento da carga de doenças crônicas além dos surgimentos de doenças resultantes da degradação do meio ambiente (SOUZA et al., 2018). Nesse cenário, os medicamentos configuram-se como uma forma decisiva ou preventiva de problemas relacionados à saúde de modo geral (ARRAIS et al., 2016).

Diante desta realidade surgem inúmeros casos de usos indevidos ou excessivos de medicamentos, principalmente os (MIPs) Medicamentos Isentos de Prescrições, na busca de aliviar sintomas ou tratar doenças com rapidez. Esses medicamentos são aqueles utilizados de forma livre, que não necessitam de prescrição, tratam sintomas mais leves de diversas doenças, sem orientação e ou o acompanhamento de um profissional qualificado, ou seja, indivíduo é responsável, de escolher, administrar e determinar o tempo do tratamento (DOMINGUES et al., 2017; CRUZ et al., 2019).

A prática da automedicação, mesmo sendo considerada por especialistas como forma comum de autocuidado, pode ser potencialmente perigosa tanto individual quanto coletiva, principalmente pelo fato de que nenhum medicamento é inócuo ao organismo. Para minimizar danos, o esperado seria a utilização de medicamentos após indicação de profissional de saúde qualificado: médico, dentista ou farmacêutico. Visto que, é necessário conhecimentos em farmacologia, bioquímica, fisiologia, patologia, microbiologia e interação medicamentosa (SILVA et al., 2014).

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, Port. nº 3916/98), define a automedicação como o uso de qualquer medicamento sem acompanhamento, prescrição e orientação do médico. Pode ocorrer também a automedicação responsável, sendo o ato no qual o indivíduo faz uso do medicamento, com eficácia e segurança comprovadas. De forma consciente, apoiados em informações, como a forma correta do uso, possíveis efeitos colaterais, interações, precauções e advertências (BRASIL, 2001). Já a utilização da automedicação irresponsável, pode ampliar os efeitos adversos do medicamento, assim como o mascarar os sintomas, atrasar o tratamento adequado, dificultar o diagnóstico e até mesmo criar

dependência física ou psicológica (SELVARAJ et al., 2014).

A utilização dos (MIPs) medicamentos isentos de prescrições por pacientes portadores de doenças crônicas, principalmente idosos, que em sua maioria fazem uso concomitante de medicamentos pode contribuir para o aumento do número de internações, podendo levar a complicações e elevação da mortalidade (SOUZA et al., 2018). De modo geral, os principais sintomas que levam à automedicação, estão relacionados com infecção respiratória alta, cefaleia, má digestão, alergias, náuseas, vômitos e intoxicação (CRUZ et al., 2019). Nesse âmbito, estudos sobre a utilização correta de (MIPs) podem caracterizar e identificar fatores que levam ao consumo excessivo destes, bem como contribuir no planejamento do uso correto, promovendo assim uma melhor qualidade de vida os usuários.

METODOLOGIA

O método desenvolvido trata-se uma revisão sistemática da literatura, seguindo as etapas: identificação do tema, busca bibliográfica, avaliação dos dados e apresentação dos resultados. As bases de dados acessadas para a presente pesquisa foram: (SciELO Brazil) *Scientific Electronic Library Online*, (MEDLINE) *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*, (PUBMED) *National Library of Medicine National Institutes of Health, USA*, (BVS) Biblioteca Virtual de Saúde e Periódico Capes, utilizando os descritores não controlados consultados no (DECs) Descritores em Ciências da Saúde, em português e inglês: automedicação, interação medicamentosa, uso indiscriminado, medicamentos isentos de prescrição.

No *Medical Subject Headings* (MeSH), foram utilizadas as palavras-chave: self-medication, drug interaction, indiscriminate use, non-prescription drugs. Sendo utilizando o operador booleano AND neste processo de busca. Os artigos pesquisados percorrerem um arco de 20 anos (2000 a 2020), estabelecendo como critérios de inclusão: artigos completos de pesquisa e revisão, nos idiomas inglês e português, além de resoluções e portarias sobre o uso de medicamentos. Estabelecendo como critério de exclusão as duplicações de publicação, teses, dissertações e artigos que não estavam disponíveis online na íntegra. O levantamento bibliográfico desenvolveu-se no período de janeiro a maio de 2020, não havendo a necessidade de envio do trabalho ao Comitê de Ética em pesquisa por se tratar de uma revisão da literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as buscas nos bancos de dados, os artigos foram submetidos a uma pré-seleção feita através da leitura do título e resumo, resultando em 56 artigos relevantes para leitura completa, e considerando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foram selecionados 32 estudos para constituir este estudo. Onde 20 artigos foram elegidos para compor a amostra

da pesquisa e tiveram suas evidências transferidas (tabela 1).

Tabela 1: Caracterização dos estudos incluídos na revisão integrativa, segundo autores, descrição do estudo, resultados e periódico.

Autores	Descrição do estudo	Resultados	Periódico
MATOS, J. F. M.; PENA, D. A. C.; PARREIRA, M. P. P.; SANTOS, T. C.; COURAVITAL, W., 2018.	Trata-se de um estudo transversal aplicando um questionário a alunos e servidores do IFMG. As perguntas contidas no questionário abordaram questões sobre condição de saúde autorreferida e medicamentos utilizados nos últimos 15 dias.	O estudo mostra elevada proporção de indivíduos que se automedicaram, revelando a importância da conscientização sobre os riscos da automedicação, especialmente.	Cadernos Saúde Coletiva
SANTOS, J. C.; JUNIOR, M. F.; RESTIN, C. B. A., 2012.	Foram avaliados 600 pacientes de ambos os gêneros que recebeu prescrições com, no mínimo, um medicamento anti-hipertensivo.	Observou-se que a politerapia anti-hipertensiva, inerente à prescrição, tem potencial para acarretar prejuízos à eficácia e segurança terapêutica, devido às elevadas possibilidades de interações negativas.	Revista Brasileira de Clínica Médica
FONTANELLA, F. G.; GALATO, D.; REMOR, K. V. T., 2013.	Foi realizado um estudo transversal, aplicando um questionário referente à automedicação, aplicado nos acadêmicos dos cursos de Educação Física e Esporte, Fisioterapia, Medicina, Naturologia Aplicada, Nutrição e Psicologia.	Os medicamentos mais utilizados pertenciam ao grupo terapêutico principal de ação no SNC, dentre eles os analgésicos e antipiréticos e o sintoma que mais motivou essa prática foi cefaleia.	Revista Brasileira de Farmácia
RANKEL, S. A. O.; SATO, M. O.; SANTIAGO, R. M., 2016.	Uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa, composta por indivíduos, com idade acima de 18 anos, independente do sexo e raça. Responderam um questionário sobre o a utilização de AINEs e por quais motivos.	O farmacêutico é pouco procurado na hora da escolha do medicamento. Os dados do trabalho sugerem que a dispensação dos AINEs não está sendo feita de maneira correta, ou seja, com informação ao paciente sobre o medicamento e possíveis reações adversas.	Visão Acadêmica
SANTOS, T. R. A.; LIMA, D. M.; NAKATANI, A. Y. K.; PEREIRA, L. V.; LEAL, G. S.; AMARAL, R. G.; 2013.	Para analisar o padrão de consumo de medicamentos e associação com aspectos socioeconômicos e autopercepção de saúde, desenvolveu-se Estudo de base populacional e delineamento transversal com 934 idosos s de Goiânia, GO.	Os idosos consumiam 2.846 medicamentos (3,63 medicamentos/ idoso). Os mais usuais atuavam no aparelho cardiovascular (38,6%). A prevalência de polifarmácia foi de 26,4% e da automedicação de 35,7%.	Revista Saúde Pública
CRUZ, E. S., SILVA, I., AUGUSTO, V., COELHO, A., 2019.	Foi utilizado o método exploratório e descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa. Os graduandos da área de saúde se automedicaram mais em relação ao da área de humanas.	Cerca de 78% dos entrevistados revelaram já terem se automedicado, e 30% relataram efeitos colaterais, dado este, por ser alarmante, revela a necessidade de intervenção e melhoria no tocante à automedicação responsável.	Revista Saúde UniToledo
GALATO, D.; MADALENA, J.; PEREIRA, G. B., 2012.	Estudo transversal com aplicação de questionários sobre a prática da automedicação e outras questões relacionadas ao manejo da saúde. Foram entrevistados 342 universitários das diferentes áreas de formação, sendo 81 da área da saúde.	Observou-se que mulheres com plano de saúde são significativamente praticantes da automedicação e que ser da área de saúde está diretamente associado à prevalência desta prática.	Revista Ciência e Saúde Coletiva
LOYOLA FILHO, A. I.; UCHOA, E.; GUERRA, H. L.; FIRMO, J. O. A.; LIMA-COSTA, M. F., 2002.	Foi selecionada uma amostra aleatória simples de 1.221 moradores com idade >18 anos: 796 relataram uso de medicamentos nos últimos 90 dias, foram incluídos no estudo (775 participaram).	Os resultados mostraram prevalência da automedicação semelhante à observada em países desenvolvidos, sugerindo que essa prática poderia atuar como um substituto da atenção formal à saúde.	Revista Saúde Pública
SILVA, R. C. G.; OLIVEIRA, T. M.; CASIMIRO, T. S.; VIEIRA, K. A. M.; TARDIVO, M. T.; FARIA JÚNIOR, M.; RESTINI, C. B. A., 2012.	Estudo transversal quantitativo, no qual 200 alunos do curso de Medicina responderam a um questionário auto aplicado, sobre a prática da automedicação, no intuito de conhecer aspectos do consumo de medicamentos. Foi empregado o teste de correlação de Pearson. Considerou-se como base o intervalo de confiança de 95%.	Observaram-se 58,5% de participantes do sexo feminino. A média de idade foi de 21,5 anos. A prevalência da automedicação foi de 92,0%. As prevalências entre os alunos das diferentes etapas do curso não foram significativamente diferentes, entre os alunos do 1º ao 4º ano e internato.	Revista Medicina
FONSECA, F. I. R. M.; DEDIVITIS, R. A.; SMOKOU, A.; LASCANE, E.; CAVALHEIRO, R. A.; RIBEIRO, E. F.; SILVA, A. M.; SANTOS, E. B., 2010.	Foi feito estudo transversal, entrevistando 299 acadêmicos de medicina. Utilizando questionários, onde optou por avaliar as variáveis sociodemográficas: gênero, idade, ano que cursa e a presença ou ausência do hábito de automedicar-se	A prática de automedicação também está presente em classes socioeconômicas mais elevadas no Brasil e no mundo e constitui uma fonte de terapêutica relevante, embora subnotificada e, muitas vezes, ineficaz ou prejudicial à saúde.	Revista Diagnóstico e Tratamento
PINHEIRO, R. M.; WANNMACHER, L., 2011.	Consistiu na revisão na prescrição racional de AINE, visando minimizar uso indiscriminado e riscos inerentes. Tendo as evidências sobre a eficácia dos AINE discutidas em outros números desta série de publicações.	Nota-se que a automedicação com AINE, desconsiderando restrições de indicação, efeitos adversos e interações medicamentosas é potencialmente prejudicial em associação com outros fármacos comumente utilizados na atenção primária a saúde.	HORUS-Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica
DUARTE D. A. P. S.; MALTA-JUNIOR A., 2015.	Para determinar o perfil da automedicação em clientes de um estabelecimento comercial farmacêutico em Barbalha-CE. Foi realizada a coleta de dados em uma área reservada da farmácia junto aos consumidores durante o mês de abril de 2015.	Pode-se observar que entre os adeptos da prática da automedicação, há uma prevalência de pessoas do sexo feminino, indivíduos com baixa escolaridade, pessoas com influência de balconistas de farmácia e reutilização de medicamentos.	Revista E-Ciência
VIEIRA, D. M. CAVEIÃO, C., 2016.	Analisaram-se 122.292 casos registrados nos CEATOX e CCI do estado de São Paulo. As variáveis de estudo compreenderam zona de ocorrência e circunstância da intoxicação, sexo, faixa etária, óbitos e óbitos segundo a circunstância registrada.	Houve predomínio desta intoxicação em meio urbano (82,48%), maior predominância do sexo feminino (60,8%), maior concentração na faixa etária de 1 a 4 anos de idade (35%). Verifica-se necessidade de modificação de padrões de consumo de medicamentos através de alterações na legislação vigente.	Revista Saúde e Desenvolvimento
BARROS, A. R. R, GRIEP, R. H, ROTENBERG L., 2009.	Este estudo investigou a prevalência de automedicação e fatores associados entre trabalhadores de enfermagem. Realizou-se estudo	A prevalência de automedicação foi 24,2%, o grupo anatómico mais referido foi o sistema nervoso e o grupo terapêutico incluiu os analgésicos.	Revista Latino-Americana de

Autores	Descrição do estudo	Resultados	Periódico
MASSON, W.; FURTADO, P. L.; LAZARINI, C. A.; CONTERNO, L. O., 2012.	Trata-se de um estudo transversal descritivo, com abordagem quantitativa. Participaram 362 estudantes, os quais responderam a questões de caracterização sociodemográfica e sobre a prática de automedicação.	Observou-se que 98,3% dos entrevistados afirmaram realizar automedicação, aconselharam-se com parentes (38,1%) e consultaram livros antes dessa prática (21,5%).	Revista Brasileira Pesquisa em Saúde
MORAES, D. C.; SILVA JUNIOR, G. D.; SOARES, M. P.; COLLIER, K. F. S., 2015.	Para investigar a automedicação entre os acadêmicos de enfermagem e verificar as causas da automedicação. Aplicados questionários nos 8 períodos e selecionada uma amostra de 144 voluntários sendo 18 de cada período.	A pesquisa mostrou que (88,89%) se automedicavam, principalmente com analgésicos (31,60%) e (54,86%) disseram ser capazes de se automedicar, já (75%) reconheceram que conhecem pouco sobre o assunto.	Revista Cereus
CARVALHO, M. F.; OASCIN, A. R. P.; SOUZA-JUNIOR, P. R. B.; SZWARCOWALD, C. L., 2005.	O objetivo do presente estudo foi caracterizar a utilização de medicamentos pela população brasileira, utilizando dados da <i>Pesquisa Mundial de Saúde</i> .	O grupo mais utilizado foi o dos analgésicos (22,0%), e apenas 51,0% dos indivíduos que utilizavam esse tipo de medicamento receberam receita médica.	Caderno Saúde Pública
ARRAIS, P. S. D., FERNANDES, M. E. P., PIZZOLII, T. S. D., MENGUEIV, S. S., TAVARESV, N. U., OLIVEIRAV, R. M. A., BERTOLDIV, A. D., 2016.	Este estudo transversal de base populacional foi realizado com dados da Pesquisa Nacional de Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de medicamentos (PNAUM), coletados de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, por meio de entrevistas em domicílio.	A prevalência da automedicação no Brasil foi de 16,1%, sendo maior na região Nordeste. A automedicação mostrou-se associada a ser do sexo feminino, pertencer às faixas etárias 10-19 anos, 20-29 anos, 40-59 anos e 60 anos ou mais, residir na região Norte, Nordeste.	Revista Saúde Pública
VITOR, R. S.; LOPES, C. P.; MENEZES, H. S., 2008.	Trata-se de um estudo observacional, transversal, descritivo e prospectivo, no qual foram estudadas 742 pessoas, de ambos os sexos, com idades que variavam entre os 18 e 70 anos, residentes em Porto Alegre, RS entre os meses de janeiro e fevereiro de 2007.	Houve um predomínio (57,54%) de mulheres na amostra estudada. Em relação à influência de meios de comunicação para optar por um fármaco, a maioria (76,28%) não é sugestionada por tais meios.	Ciência & Saúde Coletiva
SILVA, J. A. C.; GOMES, A. L. G.; OLIVEIRA, J. P. S.; SASAKI, Y. A.; MAIA, B. T. B.; ABREU, B. M., 2013.	O estudo foi realizado a partir de entrevistas com 288 usuários atendidos nesta unidade de saúde no mês de novembro de 2011, destes 197 eram do sexo feminino e 91 do sexo masculino, de acordo com a demanda do centro	Observou-se maior prevalência de automedicação entre as mulheres (66,5%) versus (59,3%) entre os homens. Os anti-inflamatórios foram os fármacos não prescritos mais consumidos.	Revista Brasileira de Clínica Médica
AQUINO, D. S.; BARROS, J. A. C.; SILVA, M. D. P., 2010.	A amostra foi composta por 223 estudantes da área de saúde de uma universidade pública no município do Recife, selecionados por partilha proporcional a cada curso. Foram feitos questionamentos sobre o uso de medicamentos, nos últimos quinze dias que antecederam à coleta de dados.	Cerca de 65,5% dos entrevistados confirmaram ter feito uso de medicamentos nos últimos quinze dias, 42,3% por meio de uma prescrição médica e 57,7% através da automedicação.	Ciência & Saúde Coletiva

Fonte: Dados do estudo, 2020.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA), no Brasil, há muitas vítimas da automedicação. Pertencendo ao Brasil o sexto lugar entre os países que a população utiliza medicação de forma indiscriminada, transformando a redução da prática uns dos maiores desafios das políticas de saúde pública (ANVISA, 2013). Entre as consequências deste uso indevido estão a resistência antimicrobiana; reações adversas a fármacos; erros de medicação; e desperdício de recursos, uma vez estima-se um gasto de 3,4 milhões de dólares por ano devido às reações adversas, muitas vezes geradas pelo seu uso indevido (SILVA et al., 2013).

Em estudos realizados em países desenvolvidos, mostra que a prática da automedicação, está associada a presença de agravos menores, como resfriado, gripe, dores musculares, cefaleia, náuseas, vômitos e intoxicação (CARRASCO-GARRIDO et al., 2010). Cefaleia foi a principal queixa para a prática da automedicação, seguida por sintomas respiratórios e digestivos (ARRAIS et al., 2016). Observa-se que a automedicação está relacionada, em sua maioria, as classes de analgésicos, descongestionantes nasais, os anti-inflamatórios/antirreumáticos e anti-infecciosos (LOYOLA FILHO et al., 2002).

Estes fármacos podem atribuir alto risco à saúde, principalmente no que se refere ao uso de paracetamol, dipirona e salicilatos. Estes medicamentos, podem estar

associados a diversas complicações graves, como: riscos de hemorragias gastrointestinais ocasionadas por uso inadequado de salicilatos; lesões hepáticas provocadas pelo paracetamol; anemia hemolítica e aplasia medular pelo uso indiscriminado de dipirona (OLIVEIRA et al., 2016).

Em estudo recente realizado com aos alunos e servidores do Instituto Federal Minas Gerais - IFMG, foi observado que os medicamentos não prescritos mais utilizados foram os analgésicos/antitérmicos (65,8%), seguidos pelos antigripais (21,4%) e os anti-inflamatórios (18,7%). O principal motivo apontado para a prática da automedicação foi a experiência anterior com o tipo de medicação utilizada. Embora praticamente a totalidade de entrevistados não apresentaram reações adversas e mostraram-se satisfeitos (94,1%) com o uso do medicamento não prescrito, foi possível observar que (51,9%) dos entrevistados não sabiam se tais medicamentos poderiam lhes causar algum problema. Foi observado também que (18,7%) dos indivíduos que se automedicaram estavam utilizando outros medicamentos em concomitância (MATOS et al., 2018).

Rankel, Sato e Santiago (2010) em pesquisa com indivíduos acima de 18 anos, mostra que procura do profissional da saúde para utilização do AINE, apenas 16% relataram procurar o farmacêutico; 35% consulta

médica e 49% faziam uso por conta própria. Sobre o conhecimento dos efeitos que o uso abusivo dessa medicação pode causar, 60% relataram que tinham conhecimento e 40%.

Outro estudo afirmou que o fácil acesso aos anti-inflamatórios não esteroides (AINES), favorecem a automedicação provocando cada vez mais efeitos adversos e interações medicamentosas potencialmente perigosas (FREITAS; SOUZA, 2007). Segundo Cruz et al. (2019), as classes de medicamentos mais utilizados são os antipiréticos e analgésicos, onde lideraram o topo dos medicamentos mais utilizados, girando em torno de 55%, em paridade com os estudos de Abraão et al., (2009) que comprovou a prevalência de 52% de uso de analgésicos em estudantes universitários dos cursos de enfermagem e administração. Por serem considerados seguros e eficazes, são utilizados demasiadamente acarretando agravos na saúde do indivíduo.

Os medicamentos isentos de prescrição são os principais motivos de ocorrência de interações medicamentosas, principalmente pacientes que possuem doenças crônicas, como os hipertensos que fazem uso de anti-hipertensivos diariamente. Os anti-inflamatórios não-esteroides quando associados a fármacos anti-hipertensivos, causam retenção de fluídos orgânicos e sódio ou inibem a síntese renal da prostaglandina (SANTOS et al., 2012).

Percebe-se um aumento significativo, da incidência de problemas vasculares com o uso de anti-inflamatórios não-esteroides, como ibuprofeno, que em média aumenta 5-6mmHg a pressão arterial, e antagonizando o efeito anti-hipertensivo, o seu uso prolongado ou em doses elevadas pode causar complicações sérias (PINHEIRO; WANNMACHER, 2012). O uso irracional de medicamentos pode acarretar na progressão da doença e contribuir com tratamentos errôneos (GALATO et al., 2012; FONSECA et al., 2010).

Estudos recentes apontam que nos últimos trinta anos, os anti-inflamatórios não-esteroides passaram a ser utilizados com frequência como agente profilático por atletas a fim de melhorar o desempenho em treinos que exigem força, porém o mesmo estudo não comprovou tal finalidade. Para a população de modo em geral os AINES apresentam um efeito analgésico satisfatório, como sua utilização para no tratamento de cefaleias e enxaqueca (RANKEL; SATO; SANTIAGO, 2016).

A utilização de medicamento isento de prescrição para o controle da dor e febre, podendo ou não estar associado a um processo inflamatório, tem se tornado uma preocupação da (OMS) Organização Mundial da saúde. Seu uso indiscriminado pode ocasionar maiores resultados indesejáveis do que benéficos. O indivíduo pode apresentar alergia a determinados ingredientes da formulação e, em consequência, desenvolver intoxicação, que pode agravar ainda mais seu quadro de saúde, contribuindo de forma direta no desenvolvimento de outras patologias (SILVA; MENDONÇA; PARTALA, 2014).

Já Fontanella (2013) obteve valores preocupantes ao investigar a automedicação em estudantes com

média de idade de 24,5 anos, descobrindo que 52% se automedicaram na semana que antecedeu a pesquisa. Moraes (2015) investigou a automedicação entre os acadêmicos de enfermagem e descobriu que 39% dos alunos costumam indicar medicamentos para outras pessoas. Já Silva (2012) constatou uma porcentagem ainda maior ao analisar os alunos do curso de medicina onde 70% do total de alunos entrevistados afirmaram já terem indicado medicamentos. Galato (2012) investigou a prevalência da prática da automedicação em universitários de faixa etária média de 22,9 anos e descobriu que 96% dos estudantes realizaram esta prática.

Pesquisa feita pelo Instituto de Ciências Tecnologia e Qualidade (ICTQ, 2016) mostra que os maiores adeptos da automedicação no Brasil são os jovens, relatando que, aproximadamente 90% da população entre 16 e 24 anos fazer uso de medicação sem prescrição ou orientação de um profissional da saúde. A automedicação foi constatada, em sua maioria, pelo sexo feminino, o fato de as mulheres sofrerem mais com dores de cabeça, dores musculares e condições dolorosas crônicas, como a enxaqueca, e utilizarem desde muito cedo analgésicos e relaxantes musculares para o alívio da dor durante a menstruação ou dismenorreia (CARVALHO et al., 2005).

Entre profissionais brasileiros da saúde, observou-se que quanto maiores o nível de escolaridade e a classe social, maior a ocorrência de automedicação. Entre profissionais de enfermagem, observou-se que a prevalência da automedicação foi maior entre os mais jovens e de mais escolaridade. Logo, foram identificadas menores prevalências entre auxiliares e técnicos, quando comparados aos enfermeiros (BARROS; GRIEP; ROTENBERG, 2009). Atualmente, é possível encontrar, disponível na internet, as bulas de vários medicamentos. Porém, essa forma de acesso ao conhecimento difunde as informações do fármaco, bem como suas indicações. As informações presentes na bula ainda são incompletas, não apresentando de maneira clara todos os riscos do uso do medicamento ou mesmo todas as suas interações, além do fato de que a indústria farmacêutica demora em atualizar efeitos adversos encontrados nos estudos baseados em eventos dos usuários (MASSON et al., 2012).

Uma pesquisa realizada por Santos et al. (2013) indica como gerador da automedicação, a padronização atual das prescrições, incentivando a população aderir critérios próprios para solucionar questões na saúde de menor gravidade. Aquino et al. (2010) correlaciona este fato ao grande investimento da indústria farmacêutica, que destina 70% de suas propagandas publicitárias ao MIPs, muitas vezes omitindo suas contraindicações e efeitos colaterais. A aquisição de medicamentos se tornou um hábito comum e bastante difundido na população, a dificuldade no acesso do serviço médico, acesso livre à informação pelos meios tecnológicos de comunicação, indicação por familiares e amigos, reutilização de medicamentos no domicílio tornam a prática da automedicação como o meio fácil de solucionar agravos clínicos (DUARTE; MALTA-JUNIOR, 2015).

O consumo de fármacos de venda isenta de prescrição, traria benefícios ao indivíduo e ao governo, para o indivíduo os benefícios seriam a diminuição de custos com despesas médicas e comodidade na aquisição do medicamento; já para o governo, com a dispensa de consultas médicas haveria diminuição substancial de custos para o sistema de saúde e otimização de recursos governamentais. Porém, é importante ressaltar que mesmo os fármacos de venda livre, como o ácido acetilsalicílico, podem causar anemia, angina, arritmias, úlcera e hepatotoxicidade, falência congestiva, hemorragia, representando um risco potencial de graves danos à saúde do indivíduo (VITOR; LOPES; MENEZES, 2008; SILVA et al., 2013).

Os registros anuais do SINITOX/CICT/FIOCRUZ/MS mostram que 28% dos casos de intoxicação são por antigripais, antidepressivos e anti-inflamatórios, 42% foram classificadas como tentativas de suicídio e 30% como acidentes. Sendo que 33% são crianças menores de cinco anos e adultos de 20 a 29 anos constituindo as faixas etárias com maior número de casos de intoxicação por medicamentos. Atendendo a recomendação da OMS, o Ministério da Saúde criou o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos por meio da Portaria nº 1.956/06 (BRASIL, 2006). Criada a fim de garantir o desenvolvimento de ações estratégicas para ampliar o acesso da população à assistência farmacêutica e para melhorar a qualidade e a segurança na utilização dos medicamentos.

Devido à importância e ao impacto que os medicamentos exercem sobre as vidas, o seu uso deve ser sempre acompanhado de um profissional habilitado, dado ao fato de que pode trazer tanto bônus como ônus à saúde. Mostra-se imprescindível que seu uso sem prescrição deve ser colocado em pauta, bem como se deve discutir a realidade do problema das intoxicações por esses produtos que passam por aspectos legislativos e comerciais, envolvendo pacientes, propagandistas, profissionais de saúde, indústrias e governo (VIEIRA; CAVEIÃO, 2016).

CONCLUSÃO

Os motivos que levam a automedicação são diversos, tornando-se uma prática comum na população brasileira. O fácil acesso aos medicamentos inverte a prescrição pode favorecer seu uso irracional, consequentemente, gerando mais danos à saúde além de gastos extras governamentais. Sugere-se que políticas de promoção ao autocuidado sejam estimuladas pelas esferas de atenção à saúde, especialmente, baseando-se nas características apontadas no presente estudo.

REFERÊNCIAS

AQUINO, D. S.; BARROS, J. A. C.; SILVA, M. D. P. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p.2533-2558, 2010.

ARRAIS, P. S. D., FERNANDES, M. E. P., PIZZOLII, T. S. D., RAMOS, L. R. MENGUEIV, S. S., LUIZAV, V. L., TAVARESV, N. U., FARIASV, L. M., OLIVEIRAV, R. M. A., BERTOLDIV, A. D. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista Saúde Pública**, v. 2, n. 13, p. 1-11, 2016.

BARROS, A. R. R., GRIEP, R. H., ROTENBERG L. Self-medication among nursing workers from public hospitals. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, v.17, n.6, p.1015-1022, 2009.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **O que devemos saber sobre medicamentos**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Consulta Pública nº 95, de 19 de novembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite e Conselho Nacional de Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de Ação: comitê nacional para promoção do uso racional de medicamentos. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1956_23_08_2006.html. Acesso em: 25/05/2020.

CARRASCO-GARRIDO, P.; HERNÁNDEZ-BARRERA, V.; ANDRÉS, L. A.; JIMÉNEZ-TRUJILLO, I.; JIMÉNEZGARCÍA, R.; Sex-differences on self-medication in Spain. **Pharmacoepidemiol Drug Saf.** v. 19, n. 12, p.1293-9, 2010.

CARVALHO, M. F.; OASCIN, A. R. P.; SOUZA-JUNIOR, P. R. B.; DAMACENA, G. N.; SZWARCOWALD, C. L. Utilization of medicines by the Brazilian population, **Cad Saude Publica.** v. 21, n.1, p.100-108, 2005.

CRUZ, E. S., SILVA, I., AUGUSTO, V., COELHO, A. Incidência da automedicação entre jovens universitários da área da saúde e de humanas. **Revista Saúde UniToledo**, v. 03, n. 01, p. 02-12, 2019.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS DO ICTQ. O perfil dos brasileiros que tem o hábito de automedicar. 2016. Disponível em: <https://www.ictq.com.br/component/tags/tag/24-farmacia>. Acesso em: 11/04/ 2020.

DOMINGUES, P. H. F., GALVÃO, T. F., ANDRADE, K. R. C., ARAÚJO, P. C., SILVA, M. T., PEREIRA, M. G. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saude**, v. 26, n.2, p. 319-330, 2017.

- DUARTE, D. A. P. S.; MALTA-JUNIOR, A. Perfil da Automedicação em uma Farmácia de Dispensação em Barbalha-CE, Faculdade de Juazeiro do Norte. **Rev. e-ciênc.** v.3, n.2, p.6673. 2015.
- FONSECA, F. I. R. M.; DEDIVITIS, R. A.; SMOKOU, A.; LASCANE, E.; CAVALHEIRO, R. A.; RIBEIRO, E. F.; SILVA, A. M.; SANTOS, E. B. Frequência de automedicação entre acadêmicos de faculdade de medicina. **Rev. Diagn. Tratamento.** v. 15, n. 2, p. 53-57, 2010.
- FONTANELLA, F. G.; GALATO, D.; REMOR, K. V. T. Perfil de automedicação em universitários dos cursos da área da saúde em uma instituição de ensino superior do sul do Brasil. **Rev. Bras. Farm.** v. 94, n. 2, p. 154-160, 2013.
- FREITAS, T. H. P.; SOUZA, D. F. A. Corticosteróides sistêmicos na Prática dermatológica. Principais Efeitos adversos. **An Bras. Dermatol.** v. 82, n. 1, p. 63-70, 2007.
- GALATO, D.; MADALENA, J.; PEREIRA, G. B. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. **Ciência e Saúde Coletiva.** v. 17, n. 12, p. 3323-3330, 2012.
- LOYOLA FILHO, A. I.; UCHOA, E.; GUERRA, H. L.; FIRMO, J. O. A.; LIMA-COSTA, M. F. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Rev. Saúde Públ.** v. 36, n. 1, p. 55-62, 2002.
- MASSON, W.; FURTADO, P. L.; LAZARINI, C. A.; CONTERNO, L. O. Automedicação entre acadêmicos do curso de medicina da Faculdade de Medicina de Marília, São Paulo. **Revista Brasileira Pesquisa em Saúde.** v. 14, n. 4, p. 82-89, 2012.
- MATOS, J. F. M.; PENA, D. A. C.; PARREIRA, M. P. P.; SANTOS, T. C.; COURA-VITAL, W. Prevalência, perfil e fatores associados à automedicação em adolescentes e servidores de uma escola pública profissionalizante. **Cadernos Saúde Coletiva,** v. 26, n.1, p. 76-83, 2018.
- MORAES, D. C.; SILVA JUNIOR, G. D.; SOARES, M. P.; COLLIER, K. F. S. Automedicação praticada por acadêmicos do curso de graduação em enfermagem do centro universitário de Gurupi, Tocantins. **Rev. Cereus.** v. 7, n. 2, p. 105-116, 2015.
- OLIVEIRA, L. L.; MOURA, N. P. R.; MARTINS-FILHO, P. R. S.; LIMA, G. S.; TAVARES, D. S.; TANAJURA, D. M. Avaliação da prática da automedicação numa população urbana do Nordeste do Brasil. **Scientia Plena,** v. 12, n. 12, 2016.
- OLIVEIRA, M. A. R., BARBOSA, F. G. Caracterização da prática de automedicação e fatores associados: uma breve revisão. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research.** v.25, n.1, p.62-65, 2019.
- PINHEIRO, R. M.; WANNMACHER, L. Uso racional de anti-inflamatórios não esteroides. In: HORUS-Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Uso Racional de Medicamentos Temas relacionados. Brasília: Editora MS, Cap. 5, p. 41-50, 2012.
- RANKEL, S. A. O.; SATO, M. O.; SANTIAGO, R. M. Uso irracional dos anti-inflamatórios não esteroidais no município de Tijucas do Sul, Paraná, Brasil. **Visão Acadêmica,** v.17, n.4, 2016.
- SANTOS, J. C.; JUNIOR, M. F.; RESTIN, C. B. A. Potenciais interações medicamentosas identificadas em prescrições a pacientes hipertensos. **Rev Bras Clin Med,** 2012.
- SANTOS, T. R. A.; LIMA, D. M.; NAKATANI, A.Y. K.; PEREIRA, L. V.; LEAL, G. S.; AMARAL, R. G. Consumo de medicamentos por idosos, Goiânia, Brasil. **Revista Saúde Pública,** São Paulo, v. 47, p. 94-103, 2013.
- SELVARAJ, K.; KUMAR, S. G.; RAMALINGAM, A. Prevalence of self-medication practices and its associated factors in Urban Puducherry, India. **Perspect. Clin. Res.** v. 5, n. 1, p. 32-36, 2014.
- SILVA, F. M., GOULART, F. C., CARLOS ALBERTO LAZARINI, C. A. Caracterização da prática de automedicação e fatores associados entre universitários do curso de Enfermagem. **Rev. Eletr. Enf.** v. 16, n. 3, p. 644-651, 2014.
- SILVA, J. M.; MENDONÇA, P. P.; PARTALA, A. K. Anti-inflamatórios não-esteroides e Suas Propriedades Gerais. **Revista Científica do ITPAC,** v.7, n.4, 2014.
- SILVA, J. A. C.; GOMES, A. L. G.; OLIVEIRA, J. P. S.; SASAKI, Y. A.; MAIA, B. T. B.; ABREU, B. M. A. Prevalência de automedicação e os fatores associados entre os usuários de um Centro de Saúde Universitário. **Revista Brasileira de Clínica Médica,** v. 11, n. 1, p. 27-30, 2013.
- SILVA, R. C. G.; OLIVEIRA, T. M.; CASIMIRO, T. S.; VIEIRA, K. A. M.; TARDIVO, M. T.; FARIA JÚNIOR, M.; RESTINI, C. B. A. Automedicação em acadêmicos do curso de medicina. **Medicina (Ribeirão Preto).** v. 45, n. 1, p. 5-11, 2012.
- SINITOX. CICT. FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://sinitox.icict.fiocruz.br/> Acesso em: 26/04/2020.
- SOUZA, A. S. A., PEREIRA, S. R., SARAIVA, E. M. S. Caracterização da População Usuária de Medicamentos isentos de prescrição no Brasil. **Id on Line Rev. Mult. Psic.** v.12, n. 42, p. 70-75, 2018.

VIEIRA, D. M. CAVEIÃO, C. Perfil das intoxicações medicamentosas no estado de São Paulo na perspectiva da vigilância sanitária. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 9, n.5, 2016.

VIEIRA, F. S.; ZUCCHI, P. Financiamento da assistência farmacêutica no sistema único de saúde. **Saúde Soc.**, v. 22, n.1, p.73-84, 2013.

VITOR, R. S.; LOPES, C. P.; MENEZES, H. S. Padrão de consumo de medicamentos sem prescrição médica na cidade de Porto Alegre, RS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, n. 1, p.737-743, 2008.